

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Jornal do Comércio

Class.:

158

Data

5 de novembro de 1988

Pg.:

6

Marcos Queiroz quer os meios para Funai fazer as demarcações

BRASÍLIA (Sucursal) – Se depender do parecer do deputado Marcos Queiroz (PMDB – PE), a Funai não vai ter problemas para cumprir a nova Constituição, que determina a demarcação das terras indígenas no prazo máximo de cinco anos, até 1993. O deputado redigiu ontem parecer favorável à emenda que propõe realocação de recursos para a Funai proceder à demarcação, bem como executar programas sociais nas comunidades indígenas, como saúde e educação.

Os sub-relatores da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional tem prazo até o dia 8 próximo para entregar seus pareceres ao presidente da comissão, deputado Cid Carvalho. Marcos Queiroz, que examina o orçamento do Ministério do Interior para 1989, analisou ontem dois temas que considera fundamentais: a questão indígena e a questão do orçamento do PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste, dando parecer favorável a ambos.

Segundo Queiroz, o PAPP tem de ser fortalecido, pela sua importância, porque dá assistência a milhares de pequenos produtores rurais nor-

destinos. O programa está sendo alvo de preocupação de muitos parlamentares, que encaminharam centenas de emendas pela sua viabilização à comissão de orçamento. Na área rural do Nordeste, o PAPP é responsável por 60% dos investimentos. Em Pernambuco, o programa participa com metade dos investimentos nessa área.

A recomendação de Marcos Queiroz, atendendo o teor das emendas, é que sejam alocados recursos para a manutenção do PAPP, sendo transferidos de outros programas que têm objetivos semelhantes e que não foram atingidos pela operação – desmonte, como os projetos São Vicente e Padre Cícero, ambos do Ministério do Interior.

Os pareceres serão apresentados até o dia 8 ao relator geral da comissão, que apresentará seu parecer até 18 do corrente. As matérias irão a julgamento pelo plenário da comissão, entre 21 e 25 deste mês, e o resultado da apreciação será encaminhada ao presidente do Congresso Nacional até o dia 26. A votação da redação final do orçamento da União para 1989 deverá ser concluída até 10 de dezembro.